



Boletim de Legislação



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 601 – 22 de julho de 2020

Abrangência: 11/07/2020 a 17/07/2020

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 10.422	DOU; 14/07/2020	Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.	Dec. 10.422 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.424	DOU; 16/07/2020	Determina a suspensão da permissão do emprego do fogo de que trata o Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no território nacional pelo prazo de cento e vinte dias.	Dec. 10.424 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.425	DOU; 17/07/2020	Dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e sobre o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo.	Dec. 10.425 (Site da Presidência da República)

<p>LEI Nº 14.026</p>	<p>DOU; 16/07/2020</p>	<p>Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.</p>	<p>Lei 14.026 (Site da Presidência da República)</p>
<p>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992</p>	<p>DOU; 16/07/2020</p>	<p>Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7.5.2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28.8.2017, a Lei nº 13.097, de 19.1.2015, e a Lei nº 6.015, de 31.12.1973.</p>	<p>Med. Prov. 992 (Site da Presidência da República)</p>

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 16.655	DOU; 14/07/2020	Disciplina hipótese de recontração nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Port. 16.655 (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.178	DOU; 14/07/2020	Prorroga prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia da doença provocada pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19).	Port. Conj. 1.178 (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.191	DOU; 16/07/2020	Altera a Portaria RFB nº 978, de 8.6.2020, que dispõe sobre o fornecimento de informações para fins de análise para a concessão de créditos a microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei nº 13.999, de 18.5.2020.	Port. Conj. 1.191 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RECOMENDAÇÃO Nº 1	DOU; 16/07/2020	Recomenda aos órgãos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas - SISNAD instruções para campanhas de prevenção ao uso de tabaco e seus derivados, álcool e outras drogas.	Recom. 1 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RECOMENDAÇÃO Nº 69	DJE/CNJ; 14/07/2020	Recomenda às presidências dos tribunais adoção de providências para que promovam o pagamento de precatórios com o intuito de mitigar o impacto decorrente das medidas de combate à contaminação pelo novo Coronavírus causador da Covid-19.	Disponível no DJE/CNJ DE 14/07/2020 (Site do CNJ)

RESOLUÇÃO Nº 328	DJE/CNJ; 17/07/2020	Altera a Resolução CNJ nº 59/2008, que disciplina e uniformiza as rotinas visando ao aperfeiçoamento do procedimento de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário, para tornar automática a alimentação do Sistema Nacional de Controle de Interceptação -SNCI, a partir da Base Nacional de dados Processuais do Poder Judiciário -DataJud.	Res. 328 (Site do CNJ)
PORTARIA SECRETARIA-GERAL Nº 31	DJE/CNJ; 16/07/2020	Institui a Metodologia de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação - MGP-TIC.	Disponível no DJE/CNJ DE 16/07/2020 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11	DJE/STJ; 17/07/2020	Prorroga o prazo para realização de sessões de julgamento por videoconferência.	Instr. Norm. 11 (Site do STJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 67	Minas Gerais; 16/07/2020	Dispõe sobre o procedimento administrativo de cumprimento da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1.0000.20.459246-3/000 e dá outras providências.	Delib. 67 (Site da ALMG)
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 68	Minas Gerais; 16/07/2020	Altera o Anexo da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de abertura das macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente e dá outras providências.	Delib. 68 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 5.554	Minas Gerais; 17/07/2020	Mantém, até 31 de dezembro de 2020, o reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 no Estado e prorroga, até a mesma data, o reconhecimento do estado de calamidade pública nos municípios que especifica.	Res. 5.554 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 146	Minas Gerais; 16/07/2020	Dispõe sobre as definições e critérios para classificação das unidades prisionais e discrimina as unidades que constituem o Departamento Penitenciário de Minas Gerais, conforme sua classificação e porte.	Res. 146 (Site da Casa Civil de MG)

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 11.244	DOM; 14/07/2020	Dispõe sobre o uso obrigatório de máscara ou cobertura facial sobre nariz e boca nos espaços públicos, equipamentos de transporte público coletivo e estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços.	Lei 11.244 (Site da PBH)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 4.896	DJE; 13/07/2020 (<i>Republicação</i>)	Altera a Portaria da Presidência nº 4.866, de 2 de julho de 2020, que “Designa desembargadores para o exercício de Superintendências, no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”.	Port. 4.896 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.897	DJE; 13/07/2020	Altera a Portaria da Presidência nº 4.866, de 2 de julho de 2020, que “Designa desembargadores para o exercício de Superintendências, no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”.	Port. 4.897 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.898	DJE; 14/07/2020	Designa magistrados para comporem o grupo coordenador do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.	Port. 4.898 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.899	DJE; 14/07/2020	Designa integrantes da Comissão Estadual Judiciária de Adoção de que trata a alínea “k” do inciso IX do art. 9º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 4.899 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.900	DJE; 13/07/2020	Designa magistrados para coordenarem os segmentos permanentes do Programa Novos Rumos na Execução Penal, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 4.900 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 4.901	DJE; 16/07/2020	Institui a Comissão Eleitoral para supervisionar a eleição de juizes de direito e de servidores para o biênio 2020/2022, nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução do Órgão Especial nº 807, de 18 de setembro de 2015, que instituiu o Comitê Gestor Regional no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 4.901 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.902	DJE; 17/07/2020	Dispensa juíza leiga de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 4.902 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.903	DJE; 17/07/2020	Acrescenta os incisos CCXCVI, CCXCVII, CCXCVIII e CCXCIX ao art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016".	Port. 4.903 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.904	DJE; 17/07/2020	Altera a Portaria da Presidência nº 4.900, de 14 de julho de 2020, que "Designa magistrados para coordenarem os segmentos permanentes do Programa Novos Rumos na Execução Penal, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais".	Port. 4.904 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.024	DJE; 13/07/2020	Institui o "Programa Justiça Eficiente - PROJEFE" como instrumento norteador do aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.	Port. Conj. 1.024 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.025	DJE; 13/07/2020	Dispõe sobre o plano de retomada gradual das atividades do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais, consoante as avaliações epidemiológicas emitidas pelas autoridades estaduais e municipais de saúde e observadas as ações necessárias para a prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), o plano de virtualização de processos físicos e dá outras providências.	Port. Conj. 1.025 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.026	DJE; 13/07/2020	Institui o Projeto Virtualizar no âmbito da Justiça de Primeira e Segunda Instâncias do Estado de Minas Gerais.	Port. Conj. 1.026 (Site do TJMG)

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.027	DJE; 14/07/2020	Acrescenta o § 3º ao art. 2º da Portaria Conjunta da Presidência nº 576, de 7 de outubro de 2016, que "dispõe sobre a organização e o funcionamento do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - Nugep no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências."	Port. Conj. 1.027 (Site do TJMG)
ATOS NORMATIVOS DA TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS			
Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 3.906	DJE; 13/07/2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo do cadastramento da CALUZ - Câmara de Mediação e Arbitragem de Santa Luzia - MG. - LTDA. como Câmara Privada de Conciliação e Mediação	Port. 3.906 (Site do TJMG)
ATOS NORMATIVOS DO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA			
Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 6.488	DJE; 13/07/2020	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Matozinhos.	Port. 6.488 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.492	DJE; 15/07/2020 (Republicação)	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Timóteo.	Port. 6.492 (Site do TJMG)
PROVIMENTO Nº 382	DJE; 17/07/2020	Acresce dispositivos ao Provimento nº 355, de 18 de abril de 2018, o qual "institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais".	Prov. 382 (Site do TJMG)
RECOMENDAÇÃO Nº 7	DJE; 17/07/2020	Recomenda a estrita observância às responsabilidades e aos deveres do usuário interno no acesso aos sistemas informatizados, na utilização da certificação digital e no sigilo do <i>login</i> e senha.	Recom. 7 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.488	DJE; 13/07/2020	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Matozinhos.	Port. 6.488 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.